

1. A abordagem deste tema na dupla perspectiva da análise do que se passa em Portugal e do conjunto de orientações e propostas que a Comissão pretende ver incluídas no conjunto mais vasto de uma política integrada de juventude requer a explicitação prévia de alguns pontos, tais como, o que se entende pela própria expressão "tempo livre e associativismo juvenil", nomeadamente as razões que explicam a associação dos dois termos; a caracterização - breve - do universo abrangido; os principais problemas que afectam os jovens nesta área.

2. A questão do tempo livre surge com a nova organização social e económica das sociedades modernas e acompanha a evolução do próprio conceito, também novo, de juventude.

Esta recente categoria social é fruto do crescimento rápido das sociedades industriais impulsionadas pelo ritmo intensivo das consecutivas revoluções tecnológicas do século 20, sendo, sobretudo, a partir do período de relançamento das economias do pós-guerra, que sobre ela se intensifica o interesse e a investigação.

A transformação do quotidiano das populações alterando o quadro tradicional do desenvolvimento do jovem no seu meio, princípio do alargamento da escolarização a todos os jovens, durante um período cada vez mais longo o que vem progressivamente retardando a entrada no mundo dos adultos, as preocupações e benefícios de tipo social e cultural que é possível retirar de uma situação que por volta dos anos 60 é considerada de "boom" das economias ocidentais são factores que favorecem a preocupação dos cidadãos e dos governos pela qualidade de vida, pelo acesso e fruição dos tempos de lazer.

Paralelamente, desenvolve-se, acima de tudo por iniciativa juvenil, e abrangendo áreas muito diversificadas - desde as actividades culturais, turísticas, desportivas até às de formação e intervenção social - um forte movimento de organização em associações, cujo peso, crescente, encontra o seu expoente máximo nos anos 50-60 na Europa e Estados Unidos.

Perante esta realidade, os governos, reconhecendo-lhes um carácter institucional público ou mesmo político, aliado ao reconhecimento do direito à liberdade de associação, vêem-se na necessidade de definir objectivos e estratégias que permitam o apoio generalizado às associações juvenis.

A institucionalização das políticas dos tempos livres dos jovens, o diálogo que estas passaram a estabelecer com o poder deu lugar a uma certa rotina e burocratização nas relações com os associados. É assim que, como forma de contestação e inovação aparecem cada vez mais os grupos informais, sem grande estruturação, de redefinição

contínua de objectivos, mas que permitem uma expressão nova de ordem social, educativa, cultural e política, com o sentido agudo da autonomia que escapa ao controle - institucional ou outro - dos adultos.

Pode notar-se, simultaneamente, uma evolução no conceito mesmo, no que se entende por tempo livre, a qual tem a ver directamente, com a forma como os jovens vivem esse mesmo tempo livre.

A influência de factores de ordem político-económica e social, bem como ideológica, tem novamente uma importância significativa nessa evolução.

A crise económica que se desenha a partir dos anos 70 arrasta uma crise mais complexa, que não se refere aqui em pormenor, mas que dá origem à expressão actualmente conhecida de "europa em mutação" em oposição à "europa da abundância" de há alguns anos atrás. É toda uma viragem, uma incerteza do futuro, uma transição de valores intrínsecos à pessoa humana no contexto de uma progressiva evolução tecnológica e científica, onde já até se fala nos "rendimentos decrescentes da tecnologia".

É assim que, contrapondo à reivindicação e militância pelo acesso cada vez maior e mais generalizado ao preenchimento dos tempos livres, dando lugar à "industrialização e comercialização" das suas formas e meios, reflexo de um avanço para situações de consumismo, os jovens hoje exigem uma outra distribuição do tempo, uma outra qualidade de vida, a possibilidade de gestão do seu tempo livre.

Isto quer dizer a recusa pura e simples pelo objectivo do enquadramento. A gestão dos tempos livres implica o envolvimento dos jovens na realidade, o desenvolvimento do seu espírito crítico e a oportunidade de escolha entre uma gama muito variada de ofertas: a expressão da criatividade em todos os campos, o encontrar-se, discutir, o confronto, o diálogo, até ao limite do repouso, o direito à preguiça, à passividade, à não-cultura, à não-participação - gerir o seu tempo não significa necessariamente preenchê-lo ou ocupá-lo em permanência, ou ainda corresponder a um qualquer produto acabado, embalado, oferecido.

Significa outrossim escolher, decidir, participar. Toda a evolução atrás descrita não correspondeu todavia ao que se passou em Portugal.

A situação de isolacionismo que o regime de então a si próprio impôs, os condicionamentos económicos, sociais e políticos - nomeadamente a existência de um regime repressivo da liberdade de expressão e pensamento, do direito de associação, do direito à informação -, o atraso em termos educativos onde as taxas de analfabetismo atingiam valores altíssimos; o descuido e a inépcia quanto ao desenvolvimento cultural contribuíram para uma total falta de condições para o desenvolvimento do associativismo juvenil em Portugal.

Com o 25 de Abril e a mudança que proporcionou na sociedade portuguesa muito dos direitos até aí reivindicados, mais ou menos clandestinamente, pelas poucas associações e movimentos de jovens existentes, viram-se consagrados na Constituição da República Portuguesa.



Se é verdade que teoricamente e em termos legislativos foram criadas condições para o desenvolvimento do associativismo, para o desenvolvimento da intervenção, o que é facto é que a ambiguidade e desajustamento das sucessivas "políticas de juventude" dos governos pós 25 de Abril, limitadas à área dos tempos livres - o sócio-cultural e o desportivo - e, mesmo aí, implementadas com um carácter pontual e disperso, não corresponderam à iniciativa juvenil e ao desejo de participação claramente demonstrado nos primeiros anos, contribuindo para a passividade e o imobilismo.

São reveladores os resultados dos inquéritos promovidos pelo FAOJ e pelo IED neste campo (ver anexo 1).

3. Com base nos dados fornecidos pelo inquérito IED pode avançar-se uma breve caracterização do universo dos jovens que constituem o escalão etário dos 15 aos 25 anos.

Quanto à situação face ao trabalho verifica-se que 30% dos jovens só trabalham enquanto que 11% são desempregados ou procuram o 1º emprego e 43% só estudam (5% são trabalhadores estudantes).

Assim, cerca de 50% dos jovens encontram-se ligados ao sistema escolar. Destes, 33% frequentam ou possuem o ensino básico, 59% frequentam ou possuem o secundário e 10% possuem cursos profissionais não oficializados.

A maioria (64%) pertence a um estrato sócio-económico médio enquanto que 25% ao baixo e 11% ao estrato alto/médio.

Vivem com os pais (62%) que são casados pela igreja (87%) e 84% deles têm irmãos. Os pais são empregados (74%) enquanto que 62% das mães são domésticas. São solteiros (87%) e a sua posição política divide-se igualmente pela direita e esquerda. Aqui as oscilações são em função da idade: há deslocação da direita para a esquerda à medida que vão sendo mais velhos.

Verifica-se um elevado grau de urbanização - a população jovem residente em habitat urbano é 51%, com 21% para as zonas intermédias e 28% para a zona rural; a zona da Grande Lisboa tem um índice de urbanização de 81% e o Grande Porto tem 68%.

No seu conjunto, 81% dos jovens vivem no litoral o que pode significar a deslocação dos jovens portugueses para as zonas urbanas.

Pode concluir-se que existe uma maioria de jovens que se assumem como católicos em todo o país - 47% são católicos não praticantes e 29% são católicos praticantes.

De um conjunto muito vasto de resultados do inquérito interessantes para analisar o problema da juventude em Portugal na complexidade e diversidade do seu conjunto parece no entanto de ressaltar ainda, tendo em vista o tema que aqui se trata, os seguintes indicadores: o interesse pelos meios de comunicação social e as suas grandes preocupações e valores finais.



Quanto ao primeiro verifica-se que a rádio e a TV são os meios a que os jovens estão mais expostos: numa escala de valores de 1 a 4 foram os seguintes os resultados obtidos:

TV	3.72	Jornais diários	2.50
Rádio	3.59	Jornais semanários	2.12

Em percentagem, 81% dos jovens afirmam ver TV todos ou quase todos os dias, valor este que desce com a idade; para a rádio obtem-se 1 valor de 72%, fixando-se a audiência máxima entre os 18 e os 20 anos.

Quanto aos jornais os resultados apontam para um grau baixo de interesse pela leitura:

lêem todos os dias ou quase	
jornais diários	23%
jornais semanários	12%

nunca lêem jornais	
diários	21%
semanários	32%

Inversamente ao que acontece com a TV, o interesse pelos jornais cresce com a idade. Por último apresenta-se um quadro comparativo que nos parece importante para uma certa caracterização de ordem ética:

Grandes preocupações	Valores finais	
Desemprego	40,3%	Felicidade
A guerra e a paz	26,4%	Dignidade
O futuro	22,3%	O mundo de paz
O ensino	20,6%	Liberdade
O dinheiro	20,3%	Gozar a vida
A família	19,9%	Verdadeiro amor
Os problemas do país	19,3%	Igualdade
A relação com os outros	15,7%	Luta pela justiça
A realização pessoal	11,9%	Verdadeira amizade
Habitação	9,6%	Vida com sentido
Fome e miséria	6,6%	Harmonia interior
Saúde	5,2%	Segurança social
Outras	1,2%	Vida confortável
		Sentido de realização

Perante este contexto geral referiria o seguinte:

- de todos os jovens que estudam (50%) e os que trabalham (30%) a maioria (40,3%) tem por primeira preocupação o emprego - condição fundamental, parece, para atingir a felicidade e a dignidade.



- num país onde a guerra acabou, e onde estes jovens não sentiram directamente o problema da guerra colonial, a situação mundial de insegurança leva-os a considerar como 2ª grande preocupação a "guerra e a paz" e como valor, em terceiro lugar, "um mundo de paz". Isto para um conjunto de jovens que se dividem ideologicamente em peso igual, pela direita e esquerda, e que imediatamente a seguir, antes de questões como "gozar a vida" e o "verdadeiro amor", indicam o valor da "liberdade".
- apontando como terceira grande preocupação "o futuro", e em quarto lugar "o ensino" os jovens inquiridos acabam por seriar as suas fontes vitais de insegurança, causas principais da sua situação de desinserção social e profissional.
- quanto ao tema em causa - tempo livre e associativismo juvenil - os itens da coluna da esquerda que com ele mais possam relacionar-se aparecem na parte mais baixa da escala: relação com os outros, realização pessoal, outras. Significará desmotivação? Desinteresse? Falta de prática da participação? Impotência perante uma situação bloqueada por problemas mais graves?

4. Contribuirá para esta situação de desmobilização e de perda de iniciativa a falta de resposta que as entidades públicas e privadas têm demonstrado perante este problema.

A centralização da estrutura administrativa do Estado, a insuficiência de uma política global e integrada de juventude claramente definida ou mesmo de políticas sectoriais - de tempos livres, cultura, actividades extra-escolares, etc. - e um sentido acumulado de forte dependência (pelo menos financeira) estatal por parte do sector privado e cooperativo que intervem ou poderia intervir neste sector, são reflexo dessa mesma falta de resposta.

Os jovens, associados ou não, deparam com um conjunto de obstáculos aos seus projectos de acção, de entre os quais se ressaltam os que se julgam mais importantes:

- uma acção descoordenada quando não multi-orientada dos departamentos oficiais a nível central e mesmo regional, quando existem;
- total falta de informação por parte da maioria dos jovens da possibilidade de acesso aos meios existentes;
- falta de equipamentos, centros de cultura, de acolhimento, de convívio para jovens;
- reduzida implementação de uma política educativa e cultural que responda às necessidades da população em geral;
- falta de monitores, animadores culturais e trabalhadores sociais na área juvenil;
- escassa participação das estruturas juvenis existentes nas acções de planeamento,



- execução e avaliação das medidas que aos jovens são dirigidas;
- aos jovens não são oferecidas oportunidades de escolha, de opção por actividades de lazer. Este problema faz-se sentir sobretudo nas zonas suburbanas e rurais;
  - desconhecimento por parte das entidades oficiais a nível central, regional e local dos problemas sentidos pelos jovens, do modo como vivem, o seu processo de crescimento, das suas inquietações, das suas aspirações, das suas propostas de solução para os problemas que mais directamente lhes dizem respeito.

## 5. ALGUMAS ESTRATEGIAS DE ACÇÃO

A partir de toda esta reflexão podem tirar-se desde já algumas conclusões importantes:

- perante situações políticas diversas, é clara a acentuação do interesse dos governos, dos partidos, das igrejas, de organismos e associações, publicos ou privados, nacionais ou internacionais pelos problemas dos jovens. Tanto mais quanto esses jovens têm hoje um peso político e eleitoral relevante.
- a problemática juvenil encontra-se cada vez mais enquadrada no contexto mais geral de crise do desenvolvimento da sociedade e, simultaneamente, cada vez mais identificada e passível de isolamento em relação à problemática dos outros estratos populacionais.
- o grau de desinserção da geração jovem é elevado e apresenta-se com tendência para crescer.
- reconhece-se uma mudança de atitude significativa que opõe a passividade dos anos 70 à contestação e militância dos anos 80.
- verifica-se uma alteração relevante na escala dos valores relativos ao trabalho, à educação, à cultura, à família, à política, aos espaços em que o jovem vive; pode considerar-se que existe um denominador comum - a instabilidade, a vivência num meio familiar económico e efectivamente precário; a dependência de mitos, de ídolos estereotipados que dificultam a afirmação da personalidade, o tempo livre como sinónimo de "estar com os outros", sem o qual o jovem é "estrangeiro" à procura de identificação.
- o balanço entre as "procuras" dos jovens e as "ofertas" de sociedade faz-se em termos de desequilíbrio, quer de ordem quantitativa cujo saldo, negativo, é a ausência de uma política de juventude.

Os factores que acabam de enunciar-se oferecem-nos pistas para a caracterização não formal e flexível de um publico constituído por jovens em situação de marginalização na sua grande parte, a que corresponde uma diversidade de situações individuais e colectivas às quais, ninguém o duvida, há que dar uma resposta necessariamente também diversificada e operacional.



Resposta que terá de ser globalizada, interdependente e comprometida com um projecto de desenvolvimento a nível nacional: não se proponha mais aos jovens hipóteses estratificadas no seu conteúdo, desenraizadas do quotidiano deste país, desconhecedoras das aspirações juvenis e afastadas de uma metodologia de diálogo e co-responsabilização.

Na perspectiva de uma proposta para a política global de juventude deve pressupor-se a gestão, por parte dos jovens, do seu tempo livre, o que significa que eles devem poder optar de entre uma multiplicidade de formas de actividade e criatividade que vão desde o repouso, o descanso, o gozo de férias, as viagens, a diversão pura e simples - as festas populares, festivais, concertos, assembleias de jovens, exposições, cinema, teatro, etc. - até à prática desportiva, à intervenção e animação cultural, ao fomento do associativismo, à responsabilização na condução e solução dos problemas gerais da juventude e da sociedade no seu conjunto.

Os poderes políticos devem assumir todas as iniciativas que permitam o desenvolvimento de uma política de fomento do associativismo juvenil a partir de uma estrutura que coordene todas as acções dos grupos de jovens de carácter internacional, nacional, regional e local com vista ao processo da sua inserção específica no projecto mais vasto da política cultural do país.

Este grande objectivo implica que se tomem medidas com vista à solução dos principais impedimentos e obstáculos à vida das associações juvenis que são fundamentalmente:

## Fundação Cuidar o Futuro

- dar-lhes possibilidade de encontrar espaços físicos com que os jovens se identifiquem e onde possam realizar os seus projectos: casas de cultura de juventude, centros de acolhimento e de convívio, centros de acolhimento para jovens com dificuldades de inserção, centros de informação e animação para jovens, etc. Neste aspecto torna-se imprescindível o apoio das autarquias locais, das associações locais já existentes e com uma vida associativa sedimentada, entidades que podem apoiar em termos financeiros, humanos, técnicos e de formação (mormente em gestão das associações).
- encontrar espaços de acolhimento dos jovens em viagem através de uma política de criação de redes de parques de campismo, pousadas de juventude, alojamento junto de famílias em meio rural, etc., aliada à oferta de documentação e informação sobre as regiões, hipóteses de colaboração em trabalhos sazonais, circuitos de descoberta da realidade geográfica e do património cultural local, programas de acção das associações locais, programas de prática desportiva, etc.
- definir simultaneamente uma política de formação de animadores culturais, o seu respectivo estatuto e perfil e estudar o problema dos créditos e licenças para formação. Ponderar as hipóteses de fornecer aos jovens e associações que o solicitem assistência técnica específica, que não será prestada necessariamente por



animadores culturais mas por individualidades com formações adequadas ao desenvolvimento de determinado tipo de acção. Prever uma política de subsídios para formação.

Perante a problemática do desemprego juvenil considera-se que esta política de formação de animadores culturais deve ser vista sob o duplo aspecto da formação-emprego.

- estabelecer de acordo com os objectivos a atingir, um programa de investimentos em equipamentos e materiais didácticos e pedagógicos, a adquirir pelos serviços públicos ou a produzir pelos próprios grupos de jovens, afectados às associações a partir de critérios com as mesmas acordados.
- propôr uma política de informação e liberdade de expressão dos (para os) jovens cujo objectivo seja facilitar os meios de comunicação entre as associações juvenis (redução de tarifas postais sobre publicações de carácter sócio-cultural, p. e.) e abrir espaços, geridos pelos jovens, nos órgãos de comunicação social, nas escolas, na rádio, televisão, etc., para que possam testemunhar os seus empenhamentos, discutir, avaliar, levantar questões, propôr alternativas novas.
- criar uma estrutura de concertação e de diálogo entre os poderes públicos e as organizações de juventude, em moldes a definir após ouvidas essas mesmas organizações.

Em última (ou primeira) instância as estratégias anteriormente explicitadas devem ser enquadradas num espaço que favoreça a autonomia das associações juvenis, numa política de divulgação, desenvolvimento e animação cultural, numa perspectiva descentralizada e global, e devem basear-se sempre nos princípios e práticas de educação permanente: "... nesse projecto, o homem é o agente da sua própria educação, por interacção permanente entre as suas acções e a sua reflexão" (recomendação relativa à educação de adultos aprovada na Conferência Geral da UNESCO, em Nairobi, 1976).

